

10 SET 1989

Os jornais da última terça-feira traziam notícia aparentemente alvissareira, mas só aparentemente. Tratava-se de um superávit encontrado no orçamento da União brasileira, o que representaria a eliminação desse terrível déficit público, de que tanto falam as autoridades financeiras do país.

Leio, por exemplo no JORNAL DO BRASIL, na coluna de Beth Cataldo, que, "cumpidos oito meses do exercício financeiro do Tesouro Nacional, o ministro da Fazenda está convencido de que o sucessor do presidente José Sarney não encontrará 'nenhuma bomba de efeito retardado', escondida nas contas da União. Na palavra do secretário do Tesouro Nacional, Luís Antônio Gonçalves, o estrito cumprimento da ordem de o governo 'de só gastar o que arrecadar' é uma realidade, à luz dos números do exercício do Tesouro no período de janeiro a agosto deste ano, o que se traduz por um superávit primário do governo central — descontados os encargos da dívida interna e os avais da União de 0,31 do PIB".

Essa história de superávit primário é só para atrapalhar. Muito embora

as despesas ordinárias, geradas pela nova Constituição, sejam responsáveis por nada menos de um déficit de 3% do PIB. O que nos leva à conclusão final (segundo o próprio informante) de que, efetivamente, o governo "mantém sob controle as suas contas".

O registro é realmente confortador, se pudéssemos acreditar nele. Daria até vontade de soltar um foguete de sinalização, como esse que surgiu, por mão feminina, no jogo recente entre brasileiros e chilenos. Mas nem é preciso sair do Maracanã, que nem existe a queimadura do goleiro, nem o superávit que se anuncia. Basta, para chegar a esse resultado, perguntar qual a razão de continuarem a ser emitidos títulos da dívida interna. Ou de a Casa da Moeda continuar a fabricar notas num regime de três turnos, no aumento permanente e incessante da base monetária. Pois não serão esses fatos os principais responsáveis por uma inflação que já iniciou a sua marcha na casa dos 30%, para que seja certo que a nossa moeda se deprecia na relação de 1% em cada dia que passa?

Como, pois, imaginar um superávit nesse quadro que tanto nos preocupa? Muito fácil a explicação, omitindo despesas inevitáveis. Uma parte

Superávit de brincadeira

Econ. Brasil

"Essa história de superávit primário é só para atrapalhar, para manter o povo ignorando o que lhe custa realmente a dívida externa que o esmaga."

foi realmente indicada, com a eliminação do que se despende com a dívida interna. A outra parte está escondida "nos avais garantidos pelo Tesouro". Que serão esses avais? Os da dívida externa? Mui-

to embora não possa haver nenhuma dúvida de que a dívida externa não se reduz exclusivamente a avais. Há numerosos empréstimos da responsabilidade direta da própria União. A maior parte contratada nos tempos dos ministros da Fazenda ou do Planejamento dos governos militares.

A menos, é claro, que se venha a confundir o avalista com o devedor, como já se anuncia num dos programas de um dos candidatos à Presidência da República, que não parece estar ao corrente dos contratos firmados com os bancos estrangeiros. Nem se pode incluir a retirada do aval entre as operações unilaterais. Há que contar

com a concordância do credor, nos empréstimos contraídos diretamente pelo Tesouro Nacional, ou pelas autarquias que receberão ordens de conseguir dólares, com que a União pudesse resgatar as prestações vencidas. Se a União retirasse o aval nesses empréstimos, não estaria fazendo mais do que dar uma rasteira nas autarquias, que não fizeram mais do que cumprir ordens de autoridades superiores.

Esse é um ponto a ser examinado nas auditorias previstas para o exame das operações da dívida externa, e nas quais a União aparece como devedor e não como avalista. Que significaria, em todos esses casos, o programa de retirar o aval de empréstimos, em que a União é devedor e não avalista?

O certo é que, deduzidas as duas dívidas, é de esperar que se chegue a um superávit. E seria até fácil chegar a

saldos deslumbrantes, deduzindo outras despesas, que não poderiam deixar de ser feitas. Não se trata, no caso, de economias realizadas, tão-somente da omissão de despesas, no quadro geral do orçamento.

Verdade que essa operação tem o objetivo de não permitir que o povo brasileiro tome conhecimento do que lhe custa o empréstimo externo e não possa verificar, também, que grande parte do empréstimo interno cresce para permitir que o governo encontre recursos, com que comprar dólares aos exportadores de mercadorias, para satisfação de nossos credores, que não deixariam de aplaudir, e esforço de manter o povo ignorando o que lhe custa realmente a dívida externa que o esmaga. Muito embora essa dívida externa seja o maior responsável pela inflação, com a emissão de títulos da dívida interna e com o jorro proveniente dos três turnos do trabalho da Casa da Moeda.

Não seria muito mais interessante, e mais útil que, em vez de fabricar superávits de brincadeira, se procurasse evidenciar como o aumento da massa monetária concorre para o processo inflacionário?

Ouvindo como a dívida interna sobe todos os dias, para encontrar recursos com que comprar dólares para o serviço da dívida externa?

Não chegou ainda a hora de festejar

superávits de brincadeira. Não será uma farsa, como a que usou o quadro chileno, para fugir a uma derrota fatal? Verdade que não só o Brasil, como todo o Terceiro Mundo, não está em condições de atender ao serviço da dívida externa, que excede, de muito, a sua capacidade de pagar. Por que não reconhecer essa realidade, em vez de ficar a imaginar artifícios, para encontrar superávits de fantasia, com que iludir leitores desprevenidos?

Não falta quem faça a apologia dos empréstimos externos, sob a alegação de que o Brasil não tem capitais. E caberia perguntar: se não tem capitais, como se dá ao luxo de exportar de 12 a 15 bilhões de dólares, a título de juros dessa dívida, que até parece crescer com os pagamentos realizados.

Nem precisávamos de tanto dinheiro. Bastaria a metade dessa importância para o financiamento do desenvolvimento econômico do Brasil e para alcançar, em poucos anos, os países ricos do mundo atual. Quando a realidade dos números bastaria para nos revelar que não passamos, não de um importador, mas, na verdade, de um exportador de capitais, o que chega, até, a tomar ares de suicídio.

* Jornalista, escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, presidente da Associação Brasileira de Imprensa